

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.696 - MT (2019/0117638-7)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ALEXANDRE RUSSI
ADVOGADOS : SEBASTIÃO MONTEIRO DA COSTA JUNIOR - MT007187
GUSTAVO EMANUEL PAIM E OUTRO(S) - MT014606
HAIANA KATHERINE MENEZES FOLLMANN - MT018024
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SERVIO TULIO DE BARCELOS - MT014258A
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - MT019081A

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por ALEXANDRE RUSSI contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL AJUIZADA CONTRA DEVEDOR SOLIDÁRIO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - DEVEDORA PRINCIPAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - GARANTIAS PRESTADAS POR TERCEIROS - MANUTENÇÃO - AUSÊNCIA DE VIA ORIGINAL DO TÍTULO EXECUTIVO - VÍCIO SANÁVEL - LIQUIDEZ CERTEZA E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO - OBSERVÂNCIA AOS REQUISITOS DO ART 28 DA LEI N 10931/2004 - RECURSO DESPROVIDO.1. "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das execuções nem induz suspensão ou extinção de ações ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória, pois não se lhes aplicam a suspensão prevista nos arts. 6º, caput, e 52, inciso III, ou a novação a que se refere o art.59, caput, por força do que dispõe o art. 49, § 1º, todos da Lei n. 11.101/2005" (STJ - SEGUNDA SEÇÃO - REsp 1333349/SP - Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO - julgado em 26/11/2014 - DJe 02/02/2015). 2. A falta da via original do título executivo é vício sanável, devendo ser oportunizada a juntada do respectivo documento, afastando-se a tese de ausência de interesse processual. 3. Não há falar-se em inexigibilidade do título, se a cédula de crédito bancário que embasa a ação de execução evidencia valor certo, a forma de pagamento pelo devedor e a previsão de vencimento, além dos demais encargos e condições pactuadas, de modo a permitir que da análise do instrumento se possa extrair todos os elementos necessários à compreensão e deslinde do litígio, independentemente da

juntada dos extratos de movimentação da conta e demonstrativos acerca dos valores utilizados.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 28, § 2º, da Lei n. 10.931/2004, trazendo, em resumo, os seguintes argumentos:

[...] a decisão de piso carecia de reforma, para que a execução seja obstada, porquanto a Cédula de Crédito Bancário acostada na petição inicial do feito executivo não detém a liquidez, certeza e exigibilidade necessária para instruir uma demanda executória tendo em vista a "Ausência de extrato de movimentação bancária e de claro demonstrativo acerca dos valores utilizados, documentos comprobatórios da liquidez e certeza do título executivo."

Esse contexto processual, com efeito, caracteriza inobservância por parte do Recorrido ao artigo 28, § 22, da Lei n 10.931/2004, que assim prescreve:

[...]

Nada obstante a clareza do mencionado dispositivo legal, o Acórdão objurgado manteve hígida a execução de piso sob o fundamento de que a apresentação dos extratos e/ou demonstrativos da dívida é dispensável na hipótese do processo executivo ser aparelhado com a Cédula de Crédito Bancário, verbis:

[...]

Assim, ao considerar dispensável a "juntada dos extratos de movimentação da conta e demonstrativos acerca dos valores utilizados" para o ajuizamento de processo executivo com base em Cédula de Crédito Bancário, o Acórdão ora objurgado violou flagrantemente os termos do artigo 28, §2º da Lei 10.931 de 2004 e aqueles considerados pela jurisprudência majoritária apontada, e merece ser reformado (fl. 390).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *c* do permissivo constitucional, aponta divergência jurisprudencial quanto à interpretação do art. 28, § 2º, da Lei n. 10.931/2004, e traz o seguinte paradigma para comprovar o dissídio: TRF-3 - AC: 11019 SP 2008.61.00.011019-0, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS, Data de Julgamento: 31/03/2009, SEGUNDA TURMA.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Outrossim, a decisão não acolheu a tese de inexigibilidade da Cédula de Crédito Bancário por ausência de extrato de movimentação bancária, e de demonstrativo acerca dos valores utilizados, por estarem presentes na cédula, informações sobre a "forma de pagamento e cálculo do valor devido, com as

assinaturas necessárias, não havendo como se admitir a desqualificação do respectivo título”.

No mesmo sentido é a jurisprudência do Tribunal:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO – LIQUIDEZ DO TÍTULO - INTELIGÊNCIA DO ART. 28, DA LEI N. 10931/2004 – DECISÃO MANTIDA – APELO DESPROVIDO. O desprovimento do apelo se impõe, posto que a cédula de crédito bancário acostada evidencia valor certo, a forma de pagamento pelo devedor e a previsão de vencimento, além dos demais encargos e condições pactuadas, de modo a permitir que da análise do instrumento se possa extrair todos os elementos necessários à compreensão e deslinde do litígio, independentemente dos extratos de movimentação da conta. (TJMT - Ap 104697/2014, DESA. CLEUCI TEREZINHA CHAGAS PEREIRA DA SILVA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 11/02/2015, Publicado no DJE 16/02/2015)

Pelo exposto, nego provimento ao recurso, mantendo a decisão agravada por seus próprios fundamentos.

Diante de tal contexto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Em relação à segunda controvérsia, quanto à alegada existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea *a* e obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ, impõe-se o reconhecimento da

inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea c.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente